



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Apoio Especializado** **Especialidade Taquigrafia**

Prova Cargo I09, Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Julho/2005

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

**A indiferença da natureza**

*Eu me lembro do choque e da irritação que sentia, quando criança, ao assistir a documentários sobre a violência do mundo animal; batalhas mortais entre escorpiões e aranhas, centenas de formigas devorando um lagarto ainda vivo, baleias assassinas atacando focas e pingüins, leões atacando antílopes etc. Para finalizar, apareciam as detestáveis hienas, “rindo” enquanto comiam os restos de algum pobre animal.*

*Como a Natureza pode ser assim tão cruel e insensível, indiferente a tanta dor e sofrimento? (Vou me abster de falar da dor e do sofrimento que a espécie dominante do planeta, supostamente a de maior sofisticação, cria não só para os animais, mas também para si própria.) Certos exemplos são particularmente horríveis: existe uma espécie de vespa cuja fêmea deposita seus ovos dentro de lagartas. Ela paralisa a lagarta com seu veneno, e, quando os ovos chocam, as larvas podem se alimentar das entranhas da lagarta, que assiste viva ao martírio de ser devorada de dentro para fora, sem poder fazer nada a respeito.*

*A resposta é que a Natureza não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento. Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples: a preservação de uma determinada espécie por meio da sobrevivência e da transmissão de seu material genético para as gerações futuras. Portanto, para entendermos as intenções da vespa ou do leão, temos que deixar de lado qualquer tipo de julgamento sobre a “humanidade” desses atos. Aliás, não é à toa que a palavra **humano**, quando usada como adjetivo, expressa o que chamaríamos de comportamento decente. Parece que isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento, embora não falem exemplos que mostram o quanto é fácil nos juntarmos ao resto dos animais em nossas ações “desumanas”.*

*A idéia de compaixão é puramente humana. Predadores não sentem a menor culpa quando matam as suas presas, pois sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade. E dentro da mesma espécie? Para propagar seu DNA, machos podem batalhar até a morte por uma fêmea ou pela liderança do grupo. Mas aqui poderíamos também estar falando da espécie humana, não?*

(Marcelo Gleiser, **Retalhos cósmicos**. S.Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 75-77)

1. Conforme demonstram as afirmações entre parênteses, o autor confere em seu texto estas duas acepções distintas ao termo *indiferença*, relacionado à Natureza:
  - (A) crueldade (*indiferente a tanta dor e sofrimento*) e generosidade (*o que chamaríamos de comportamento decente*).
  - (B) hipocrisia (*por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples*) e inflexibilidade (*predadores não sentem a menor culpa*).
  - (C) impiedade (*indiferente a tanta dor e sofrimento*) e alheamento (*não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento*).
  - (D) isenção (*isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento*) e pretexto (*para propagar seu DNA*).
  - (E) insensibilidade (*sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade*) e determinação (*indiferente a tanta dor e sofrimento*).

2. Considere as afirmações abaixo.
  - I. Os atributos relacionados às hienas, no primeiro parágrafo, traduzem nossa visão “humana” do mundo natural.
  - II. A pergunta que abre o segundo parágrafo é respondida com os exemplos arrolados nesse mesmo parágrafo.
  - III. A frase *A idéia de compaixão é puramente humana* é utilizada como comprovação da tese de que a natureza é cruel e insensível.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em:

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) I e III.

3. Considerando-se o contexto em que se emprega, o **elemento em destaque** na frase
  - (A) **Vou me abster** de falar da dor e do sofrimento traduz a indiferença do autor em relação ao fenômeno que está analisando.
  - (B) *Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples* revela o tom de sarcasmo, perseguido pelo autor.
  - (C) *a Natureza não tem nada a dizer sobre **compaixão ou ética de comportamento*** expõe os motivos ocultos que regem o mundo animal.
  - (D) *Mas **aqui** poderíamos também estar falando da espécie humana* refere-se diretamente ao que se afirmou na frase anterior.
  - (E) *Por trás **dessas ações** assassinas esconde-se um motivo simples* anuncia uma exemplificação que em seguida se dará.

<p>4. Considerando-se o choque e a irritação que o autor sentia, quando criança, com as cenas de crueldade do mundo animal, percebe-se que, com o tipo de argumentação que desenvolve em seu texto, ele pretende</p> <p>(A) justificar sua tolerância, no presente, com a crueldade que efetivamente existe no mundo natural.</p> <p>(B) se valer da ciência adquirida, para fazer compreender como natural a violência que efetivamente ocorre na Natureza.</p> <p>(C) se valer da ciência adquirida, para justificar a crueldade como um recurso necessário à propagação de todas as espécies.</p> <p>(D) justificar suas intolerâncias de menino, reações naturais diante da efetiva crueldade que se propaga pelo mundo animal.</p> <p>(E) se valer da ciência adquirida, para apresentar a hipótese de que os valores morais e éticos contam muito para o funcionamento da Natureza.</p>	<p>7. Está inteiramente adequada a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Predadores não sentirão a menor culpa a cada vez que matarem uma presa, pois sabem que sua sobrevivência sempre dependerá dessa atividade.</p> <p>(B) Se predadores hesitassem a cada vez que tiveram de matar uma presa, terão posto em risco sua própria sobrevivência, que depende da caça.</p> <p>(C) Nunca faltarão exemplos que deixassem bem claro o quanto é fácil que nos viessem a associar aos animais, em nossas ações “desumanas”.</p> <p>(D) Por trás dessas ações assassinas sempre houve um motivo simples, que estará em vir a preservar uma determinada espécie quando se for estar transmitindo o material genético.</p> <p>(E) Ao paralisar a lagarta com veneno, a vespa terá depositado seus ovos nela, e as larvas logo se alimentariam das entranhas da lagarta, que nada poderá ter feito para impedi-lo.</p>
<p>5. Quanto à concordância verbal, está inteiramente correta a seguinte frase:</p> <p>(A) De diferentes afirmações do texto podem-se depreender que os atos de grande violência não caracterizam apenas os animais irracionais.</p> <p>(B) O motivo simples de tantos atos supostamente cruéis, que tanto impressionaram o autor quando criança, só anos depois se esclareceram.</p> <p>(C) Ao longo dos tempos tem ocorrido incontáveis situações que demonstram a violência e a crueldade de que os seres humanos se mostram capazes.</p> <p>(D) A todos esses atos supostamente cruéis, cometidos no reino animal, aplicam-se, acima do bem e do mal, a razão da propagação das espécies.</p> <p>(E) Depois de paralisadas as lagartas com o veneno das vespas, advirá das próprias entranhas o martírio das larvas que as devoram inapelavelmente.</p>	<p>8. Temos <u>que deixar de lado</u> qualquer tipo de julgamento sobre a “humanidade” desses atos.</p> <p>O segmento sublinhado no período acima pode ser corretamente substituído, sem prejuízo para o sentido, por</p> <p>(A) nos isentarmos a.</p> <p>(B) nos eximir para.</p> <p>(C) nos abster de.</p> <p>(D) subtrair-nos em</p> <p>(E) furtar-nos com.</p>
<p>6. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento do texto:</p> <p>(A) <i>centenas de formigas devorando um lagarto.</i></p> <p>(B) <i>ao assistir a documentários sobre a violência do mundo animal.</i></p> <p>(C) <i>uma espécie de vespa cuja fêmea deposita seus ovos dentro de lagartas.</i></p> <p>(D) <i>Predadores não sentem a menor culpa.</i></p> <p>(E) <i>quando matam as suas presas.</i></p>	<p>9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Paralisada pelo veneno da vespa nada pode fazer, a lagarta, a não ser assistir viva à sua devoração, pelas larvas, que saem dos ovos ali chocados.</p> <p>(B) Nada pode fazer, a lagarta paralisada, pelo veneno da vespa, senão assistir viva, à sua devoração pelas larvas que saem dos ovos, e passam a se alimentar, das entranhas da vítima.</p> <p>(C) A pobre lagarta, paralisada pelo veneno da vespa assiste sem nada poder fazer, à sua devoração pelas larvas, tão logo saiam estas dos ovos, que, a compulsória hospedeira, ajudou a chocar.</p> <p>(D) Compulsória hospedeira, paralisada pelo veneno da vespa, a pobre lagarta assiste à devoração de suas próprias entranhas pelas larvas, sem poder esboçar qualquer tipo de reação.</p> <p>(E) Sem qualquer poder de reação, já que paralisada pelo veneno da vespa a lagarta, compulsoriamente, chocará os ovos, e depois se verá sendo devorada, pelas larvas que abrigou em suas entranhas.</p>

<p>10. Atente para as frases abaixo.</p> <p>I. Quando criança assistia a documentários sobre a vida selvagem.</p> <p>II. Tais documentários me irritavam.</p> <p>III. Nesses documentários exibiam-se cenas de extrema violência.</p> <p>Essas frases estão articuladas de modo correto e coerente no seguinte período:</p> <p>(A) Irritavam-me aqueles documentários sobre a vida selvagem que assisti quando criança, nos quais continham cenas que exibiam extrema violência.</p> <p>(B) Naqueles documentários sobre a vida selvagem, a que quando criança assistia, me irritava, conquanto exibissem cenas de extrema violência.</p> <p>(C) Uma vez que exibiam cenas de extrema violência, irritava-me com aqueles documentários sobre a vida selvagem, assistidos quando criança.</p> <p>(D) As cenas de extrema violência me irritavam, quando criança, por assistir tais documentários sobre a vida selvagem, em que eram exibidas.</p> <p>(E) Os documentários sobre a vida selvagem, a que assistia quando era criança, irritavam-me porque neles eram exibidas cenas de extrema violência.</p>	<p>12. Está correto o emprego de <b>ambos</b> os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) O autor se pergunta <u>por que</u> haveriam de ser cruéis os animais que aspiram <u>à</u> propagação da espécie.</p> <p>(B) Quando investigamos o <u>por quê</u> da suposta crueldade animal, parece <u>de que</u> nos esquecemos da nossa efetiva crueldade.</p> <p>(C) <u>À</u> lagarta, <u>de cujo</u> ventre abriga os ovos da vespa, só caberá assistir ao martírio de sua própria devoração.</p> <p>(D) Se a idéia de compaixão é puramente humana, não há <u>porque</u> imputarmos <u>nos</u> animais qualquer traço de crueldade.</p> <p>(E) Os bichos <u>a cujos</u> atribuímos atos cruéis não fazem senão lançar-se <u>na</u> luta pela sobrevivência.</p>
<p>11. Há uma relação de causa (I) e consequência (II) entre as ações expressas nas frases destacadas em:</p> <p>(A) I. <i>Para entendermos as intenções da vespa,</i> II. <i>temos que deixar de lado qualquer tipo de julgamento.</i></p> <p>(B) I. <i>Para finalizar,</i> II. <i>apareciam as detestáveis hienas.</i></p> <p>(C) I. <i>Isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento,</i> II. <i>embora não faltem exemplos que mostram o quanto é fácil nos juntarmos ao resto dos animais.</i></p> <p>(D) I. <i>as larvas podem se alimentar das entranhas da lagarta,</i> II. <i>que assiste viva ao martírio de ser devorada de dentro para fora.</i></p> <p>(E) I. <i>Predadores não sentem a menor culpa,</i> II. <i>quando matam as suas presas.</i></p>	<p>13. O emprego das aspas em “rindo” (primeiro parágrafo) deve-se ao fato de que o autor deseja</p> <p>(A) remeter o leitor ao sentido mais rigoroso que essa palavra tem no dicionário.</p> <p>(B) chamar a atenção para a impropriedade da aplicação desse termo, no contexto dado.</p> <p>(C) dar ênfase, tão-somente, ao uso dessa palavra, como se a estivesse sublinhando ou destacando em negrito.</p> <p>(D) assinalar o emprego despropositado de um termo que a ninguém, habitualmente, ocorreria utilizar.</p> <p>(E) precisar o sentido contrário, a significação oposta à que o termo tem no seu emprego habitual.</p> <p>14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Não se ..... (<b>atribuir</b>) às lagartas a crueldade dos humanos, por depositarem os ovos no interior das vespas.</p> <p>(B) O que ..... (<b>impelir</b>) os animais a agirem como agem são seus instintos herdados, e não uma intenção cruel.</p> <p>(C) Não se ..... (<b>equiparar</b>) às violências dos machos, competindo na vida selvagem, a radicalidade de que é capaz um homem enciumado.</p> <p>(D) ..... (<b>caracterizar-se</b>), em algumas espécies animais, uma modalidade de violência que interpretamos como crueldade.</p> <p>(E) ..... (<b>ocultar-se</b>) na ação de uma única vespa os ditames de um código genético comum a toda a espécie.</p>

15. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado pode ser substituído pelo que está entre parênteses, sem prejuízo para o sentido e a correção da frase, em:

- (A) Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples. (Nessas ações assassinas infiltra-se)
- (B) Apareciam as detestáveis hienas, "rindo" enquanto comiam os restos de algum pobre animal. (à medida em que devoravam os detritos)
- (C) A idéia de compaixão é puramente humana. (restringe-se à espécie humana)
- (D) Sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade. (são permeáveis a tais iniciativas)
- (E) A Natureza não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento. (dissimula seu interesse por)

16. Memória de alta velocidade, normalmente composta por registradores, que contribui para aumento de velocidade em operações repetidas:

- (A) Disco óptico.
- (B) RAM.
- (C) ROM.
- (D) HD (*winchester*).
- (E) Cache.

17. Para mover um arquivo de uma pasta para outra (recortar e colar), usando teclas de atalho padrão do Microsoft Windows, usa-se as seguintes combinações, respectivamente:

- (A) CTRL+V e CTRL+C
- (B) CTRL+C e CTRL+V
- (C) CTRL+X e CTRL+V
- (D) CTRL+V e CTRL+X
- (E) CTRL+C e CTRL+X

18. Um usuário ao selecionar um segmento de um texto no Microsoft Word 2002, versão em Português e configuração padrão do fabricante, percebe que o campo "fonte" na barra de ferramentas formatação aparenta estar desabilitado ou em branco. Poderia justificar esta ocorrência:

- (A) problemas na instalação do aplicativo.
- (B) texto selecionado possui mais do que um único tipo de fonte.
- (C) seleção do texto feita de modo incorreto pelo usuário.
- (D) usuário selecionou o texto usando o teclado e não o *mouse*.
- (E) usuário selecionou o texto usando o *mouse* e não o teclado.

19. A figura abaixo foi extraída do Microsoft Excel 2002, versão em Português e configuração padrão do fabricante.

	A	B	C
1	1	2	3
2	4	5	6
3	7	8	9
4	10	11	12
5	13	14	16
6	17	18	19
7	20	21	22

Se na célula D9 (não mostrada na figura) tivermos a fórmula =SOMA(A1:A3,A3:C3,C3:C5), seu valor conterà o seguinte resultado:

- (A) erro
- (B) 49
- (C) 57
- (D) 73
- (E) 253

20. Selecione a melhor forma de privacidade para dados que estejam trafegando em uma rede:

- (A) Criptografia.
- (B) Chaves de segurança e bloqueio de teclados.
- (C) Emprego de sistema de senhas e autenticação de acesso.
- (D) Métodos de *Backup* e recuperação eficientes.
- (E) Desativação da rede e utilização dos dados apenas em "papel impresso".

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O ato administrativo que contém vício de legalidade
- (A) pode ser anulado pela própria Administração.
  - (B) só pode ser anulado por meio de decisão judicial em ação anulatória.
  - (C) só pode ser anulado por meio de decisão judicial em ação de improbidade administrativa.
  - (D) pode ser anulado pela própria Administração, desde que ocorra ratificação pelo Poder Judiciário.
  - (E) não pode ser anulado, caso já tenha produzido efeito.

22. Com relação às características do contrato administrativo, é correto afirmar:
- (A) A rescisão de contrato administrativo por interesse público, pela administração, exclui sempre a possibilidade de eventual indenização à parte contratada.
  - (B) No contrato administrativo típico pode ser efetuada, pelo contratante, a subcontratação total do objeto, independentemente do que constou do edital.
  - (C) O contratante tem direito de ver mantido o contrato, mesmo que sejam apuradas ilegalidades na condução da licitação que lhe deu origem.
  - (D) O direito de ver mantida a equação econômico-financeira é garantia do contratado apenas até a data de assinatura do ajuste.
  - (E) O contrato administrativo típico admite alteração unilateral pela Administração, garantida ao contratante a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

23. Nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, um servidor público efetivo do Tribunal Regional Eleitoral que, no exercício das atribuições do cargo, praticar usura poderá ser punido administrativamente com a pena de
- (A) suspensão de 90 (noventa) dias e sua aplicação caberá ao respectivo Presidente.
  - (B) demissão e sua aplicação caberá ao Presidente da República.
  - (C) demissão e sua aplicação caberá ao respectivo Presidente.
  - (D) suspensão de até 120 (cento e vinte) dias e sua aplicação caberá ao respectivo Presidente.
  - (E) destituição de cargo em comissão.

24. A respeito da classificação dos atos administrativos, quanto à sua exequibilidade, considera-se como ato imperfeito
- (A) o decreto do Prefeito Municipal que regulamenta uma Lei Municipal, mas condiciona sua vigência ao próximo exercício orçamentário.
  - (B) a nomeação de Secretário de Município que ainda não seja publicado no Diário Oficial.
  - (C) aquele que necessita da manifestação de dois ou mais órgãos.
  - (D) a resolução que opera efeitos num caso concreto.
  - (E) aquele que apenas reconhece um direito preexistente.

25. Considerando as normas previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, no que tange ao exercício do cargo, analise as afirmações abaixo.
- I. É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contado da data da posse.
  - II. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover o servidor.
  - III. Em regra, não é exigível do ocupante de cargo em comissão o cumprimento do regime de integral dedicação ao serviço.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

26. No que tange à seguridade social do servidor, especialmente quanto ao benefício da pensão e, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, é INCORRETO afirmar:
- (A) A percepção cumulativa de mais de duas pensões é vedada, sendo permitido ao beneficiário optar por uma delas.
  - (B) A pensão provisória será concedida por morte presumida do servidor, se a autoridade judiciária competente declarar a ausência dele.
  - (C) São beneficiários da pensão vitalícia, dentre outros, o cônjuge e o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar.
  - (D) São beneficiários da pensão temporária, dentre outros, o irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, desde que comprovem dependência econômica do servidor.
  - (E) O direito do beneficiário à pretensão de concessão da pensão prescreve no prazo de 5 (cinco) anos.

27. Com relação à prescrição da ação disciplinar, é correto afirmar:
- (A) Os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares capituladas também como crime.
  - (B) O prazo prescricional da ação disciplinar, nos casos de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, é de 5 (cinco) anos.
  - (C) O prazo prescricional da ação disciplinar, nos casos de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, é de 2 (dois) anos.
  - (D) O prazo prescricional da ação disciplinar, nos casos em que a pena prevista for de advertência, é de 2 (dois) anos.
  - (E) O prazo de prescrição começa a correr sempre da data em que o fato punível ocorreu.

<p>28. Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, quanto à posse do servidor público, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A posse poderá ocorrer mediante procuração específica.</p> <p>(B) A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato de provimento.</p> <p>(C) Ocorrerá posse em todos os tipos de provimento.</p> <p>(D) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.</p> <p>(E) A posse dependerá de prévia inspeção médica oficial.</p>	<p>32. A perda dos direitos políticos, dentre outras hipóteses constitucionais, ocorrerá em caso de</p> <p>(A) sentença judicial que reconhece a incapacidade civil absoluta.</p> <p>(B) cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.</p> <p>(C) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.</p> <p>(D) reconhecida prática de ato de improbidade administrativa, por meio de decisão judicial.</p> <p>(E) decisão administrativa que declara a incapacidade civil relativa.</p>
<p>29. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República, nas infrações penais comuns.</p> <p>(B) os <i>habeas corpus</i>, quando o coator ou paciente for Governador de Estado ou do Distrito Federal, Desembargador dos Tribunais de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal.</p> <p>(C) os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.</p> <p>(D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.</p> <p>(E) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias.</p>	<p>33. O Conselho Nacional de Justiça será composto por</p> <p>(A) dez membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(B) dez membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(C) quatorze membros nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional, após aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.</p> <p>(D) quinze membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(E) quinze membros com mais de trinta anos e menos de sessenta anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p>
<p>30. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que</p> <p>(A) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político sem representação no Congresso Nacional.</p> <p>(B) a todos é assegurado o direito de recusar-se a cumprir prestação alternativa por motivo de convicção filosófica.</p> <p>(C) a criação de associações dependerá de autorização, não sendo, porém, permitida a interferência estatal em seu funcionamento.</p> <p>(D) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.</p> <p>(E) ninguém será considerado culpado até a publicação em cartório de sentença penal condenatória.</p>	<p>34. Em relação aos Deputados e Senadores, considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.</p> <p>II. Perderá o mandato o Senador Federal que foi investido no cargo de Secretário de Estado.</p> <p>III. Os Deputados Federais devem testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do mandato.</p> <p>IV. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>31. Compete privativamente à União legislar sobre</p> <p>(A) educação, cultura, ensino e desporto.</p> <p>(B) direito tributário, financeiro e econômico.</p> <p>(C) orçamento e juntas comerciais.</p> <p>(D) custas dos serviços forenses.</p> <p>(E) sistemas de consórcios e sorteios.</p>	<p>35. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato,</p> <p>(A) o Presidente da Câmara dos Deputados assumirá o cargo de Presidente da República em caráter definitivo.</p> <p>(B) será realizada eleição indireta, para ambos os cargos, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>(D) o Presidente do Senado Federal será chamado ao exercício da Presidência.</p> <p>(E) o Presidente do Supremo Tribunal Federal exercerá o cargo de Presidente da República em caráter definitivo.</p>

<p>36. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei, deverão registrar seus estatutos junto ao</p> <p>(A) Conselho Nacional Eleitoral.          (B) Colégio Eleitoral de sua circunscrição.          (C) Superior Tribunal de Justiça.          (D) Congresso Nacional.          (E) Tribunal Superior Eleitoral.</p>	<p>40. Segundo classificação adotada pelo Código Civil Brasileiro, o conjunto dos materiais resultantes da demolição de uma casa, o direito à sucessão aberta, o saco de 60 kg de feijão-preto, e uma escultura de <i>Leonardo da Vinci</i>, são considerados, respectivamente, bens</p> <p>(A) móvel, móvel, consumível e infungível.          (B) móvel, imóvel, infungível e fungível.          (C) imóvel, móvel, fungível e infungível.          (D) móvel, imóvel, fungível e infungível.          (E) imóvel, móvel, consumível e fungível.</p>
<p>37. A respeito das diferentes classes de bens, é correto afirmar:</p> <p>(A) São fungíveis os bens móveis que não podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.          (B) São móveis os bens suscetíveis de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.          (C) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.          (D) Consideram-se bens móveis para os efeitos legais, dentre outros, o direito à sucessão aberta.          (E) Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais, dentre outros, as energias que tenham valor econômico.</p>	<p>41. A celebração de contrato atípico, não expressamente previsto em lei,</p> <p>(A) não é lícita, pois as partes não têm a liberdade de criar negócios não expressamente regulamentados por lei.          (B) não é lícita, por contrariar o princípio da tipicidade dos negócios jurídicos.          (C) não é lícita, em decorrência do princípio da legalidade dos negócios jurídicos.          (D) só será lícita, se for previamente requerida pelas partes a sua aprovação pelo Juízo competente.          (E) é lícita, desde que observada as normas gerais fixadas no Código Civil brasileiro.</p>
<p>38. A respeito dos contratos em geral, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.          (B) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.          (C) A liberdade de contratar permite que o contrato tenha como objeto a herança de pessoa viva.          (D) Nos contratos de adesão, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente quando houver cláusulas ambíguas.          (E) Nos contratos de adesão, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente quando houver cláusulas contraditórias.</p>	<p>42. Nos termos do Código Civil Brasileiro, se houver vícios ou defeitos ocultos na coisa recebida em virtude de contrato comutativo,</p> <p>(A) não pode a coisa ser rejeitada, cabendo ao alienatário, tão-somente, reivindicar o abatimento do preço.          (B) pode a coisa ser rejeitada, se o vício ou defeito a torne imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.          (C) pode a coisa ser rejeitada, mas o alienante terá o direito de ser ressarcido das despesas decorrentes da tradição da coisa.          (D) não haverá responsabilidade para o alienante, se a coisa perecer em poder do alienatário, ainda que em razão de vício oculto já existente ao tempo da tradição.          (E) o alienante somente será responsável se a coisa móvel perecer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a tradição, e desde que o perecimento ou defeito decorra de vício oculto já existente ao tempo da tradição.</p>
<p>39. A respeito das pessoas naturais, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. A abertura da sucessão provisória de pessoa ausente poderá ser declarada após o decurso de lapso ânua da arrecadação dos bens do ausente.          II. Nos atos da vida civil, os absolutamente incapazes são assistidos e os relativamente incapazes são representados.          III. Consideram-se absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.          IV. O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome, ainda que adotado para atividades lícitas.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e III.          (B) I e II.          (C) II e IV.          (D) II e III.          (E) III e IV.</p>	<p>43. A classe dos advogados faz parte da composição do Tribunal Superior Eleitoral através de</p> <p>(A) três juízes eleitos, através do voto secreto, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.          (B) três juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.          (C) dois juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.          (D) dois juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.          (E) um juiz eleito, através do voto secreto, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.</p>

<p>44. Considere as eleições para os cargos de</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Presidente da República.</li> <li>II. Vice-Presidente da República.</li> <li>III. Senador.</li> <li>IV. Deputado Federal.</li> <li>V. Deputado Estadual.</li> <li>VI. Governador de Estado.</li> <li>VII. Vice-Governador de Estado.</li> </ul> <p>Compete ao Tribunal Superior Eleitoral a apuração APENAS das eleições para os cargos indicados em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I e II.</li> <li>(B) I, II e III.</li> <li>(C) I, II, III e IV.</li> <li>(D) III, VI e VII.</li> <li>(E) IV, V, VI e VII.</li> </ul>	<p>48. A respeito do início e do encerramento da votação, considere as afirmações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. No dia marcado para a eleição, o Presidente da mesa receptora, às 7 (sete) horas, supridas as deficiências, declarará iniciados os trabalhos, procedendo-se, em seguida, à votação, que começará pelos membros da mesa e fiscais de partido.</li> <li>II. O recebimento dos votos terminará às 17 (dezesete) horas, horário em que o Presidente da mesa receptora declarará o encerramento da votação, dispensando os eleitores que estiverem na fila, os quais deverão justificar-se perante o Cartório Eleitoral.</li> <li>III. Se no horário de encerramento do recebimento de votos existirem eleitores presentes, o Presidente da mesa receptora lhes fará entregar senhas e os convidará, em voz alta, a entregar à mesa seus títulos, para que sejam admitidos a votar.</li> </ul> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I.</li> <li>(B) I e II.</li> <li>(C) I e III.</li> <li>(D) II e III.</li> <li>(E) III.</li> </ul>
<p>45. Pelas Mesas Receptoras, de acordo com o Código Eleitoral Brasileiro, somente serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, os</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) candidatos registrados e os delegados de partido.</li> <li>(B) candidatos registrados e os fiscais de partido.</li> <li>(C) candidatos registrados, os delegados e os fiscais de partido.</li> <li>(D) fiscais de partido.</li> <li>(E) eleitores filiados a partido que exercem o direito de voto naquela seção eleitoral.</li> </ul>	<p>49. Quanto à prestação de contas das campanhas eleitorais, é correto afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) as contribuições, doações e receitas recebidas pelos partidos e candidatos na forma da lei serão corrigidas monetariamente a partir do dia das eleições.</li> <li>(B) as sobras de recursos financeiros de campanhas serão utilizadas pelos partidos políticos para financiar a propaganda partidária paga, no rádio e na televisão.</li> <li>(C) a inobservância do prazo legal para encaminhamento das prestações de contas à Justiça Eleitoral impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.</li> <li>(D) as prestações de contas de candidatos a Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador só poderão ser feitas pelo comitê financeiro do partido a que pertencerem.</li> <li>(E) erros formais e materiais, ainda que corrigidos, autorizam a rejeição das contas e a cominação de sanção a candidato ou partido.</li> </ul>
<p>46. A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</li> <li>(B) o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de cinco membros, sendo três por eleição e dois por nomeação do Presidente da República.</li> <li>(C) integram os Tribunais Regionais Eleitorais dois juízes escolhidos um dentre advogados e outro dentre membros do Ministério Público.</li> <li>(D) três integrantes do Tribunal Superior Eleitoral serão escolhidos pelo voto secreto entre advogados de notável saber jurídico.</li> <li>(E) os juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais serão escolhidos por livre nomeação do Governador de cada Estado e do Distrito Federal.</li> </ul>	<p>50. Considere os cargos eletivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Presidente da República.</li> <li>II. Vice-Presidente da República.</li> <li>III. Governador de Estado.</li> <li>IV. Vice-Governador de Estado.</li> <li>V. Senador.</li> <li>VI. Deputado Federal.</li> <li>VII. Deputado Estadual.</li> </ul> <p>Receberão diploma assinado pelo Presidente do Superior Tribunal Eleitoral APENAS os eleitos para os cargos indicados em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I e II.</li> <li>(B) I, III e IV.</li> <li>(C) I, II, V e VI.</li> <li>(D) III, IV, V e VI.</li> <li>(E) V, VI e VII.</li> </ul>
<p>47. SOMENTE podem permanecer no recinto da Mesa Receptora os seus membros, o eleitor, durante o tempo necessário à votação,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) os candidatos e um fiscal de cada partido.</li> <li>(B) os candidatos, um fiscal e um delegado de cada partido.</li> <li>(C) os candidatos e um delegado de cada partido.</li> <li>(D) um fiscal e um delegado de cada partido.</li> <li>(E) os candidatos e três fiscais de cada partido.</li> </ul>	